

# Advocacia

## 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 1.1.1 Regulamentação legal da advocacia

A advocacia, tanto pública como privada, encontra-se regulada pela Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e pelo Código de Ética e Disciplina. (**art. 3º, §1º, da Lei nº 8.906/94**).

---

**Advocacia pública:** *Na advocacia pública, entretanto, tais normas são aplicadas conjuntamente aos diplomas normativos regulamentadores das respectivas carreiras. O Código de Ética da Advocacia estabelece que as suas disposições obrigam igualmente os órgãos de advocacia pública, e advogados públicos, incluindo aqueles que ocupem posição de chefia e direção jurídica. (art. 8, caput, do Código de Ética da Advocacia).*

---

### 1.1.2 Exercício da advocacia

*O exercício da advocacia é ato privativo de advogado. Para qualificar-se como advogado, a pessoa deve ser inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (obviamente sendo Bacharel em Direito) (art. 3º, caput, da Lei nº 8.906/94).*

---

**Rábulas e Provisionados:** *Antigamente, a OAB concedia autorização para que, sem bacharelado, determinadas pessoas exercessem a advocacia. Tal fato encontrava justificativa no pequeno número de bacharéis ou mesmo na inexistência deles em certos pontos do interior do país.*

---

### 1.1.3 Inscrição nos quadros da OAB

A inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil é imprescindível para o exercício das atividades privativas de advogado.

---

**Local da inscrição:** *A inscrição deverá ser feita no local em que o advogado pretende fixar seu domicílio profissional, assim entendida a sede principal da atividade advocatícia futura (art. 10, caput e §1º, da Lei nº 8.906/94).*

---

**a) Requisitos para inscrição:** *a) capacidade civil plena; b) bacharelado em direito; c) quitação com as obrigações eleitorais e militares; d) não exercer atividade incompatível com a advocacia (vide art. 28 da Lei nº 8.906/94); e) idoneidade moral; f) prestar compromisso; g) aprovação em exame seletivo promovido pela Ordem dos Advogados (art. 8º da Lei nº 8.906/94 c/c. art. 20 do Regulamento Geral).*

---

**Idoneidade moral:** *A idoneidade moral, em linha de princípio, se presume. Por outro lado, no âmbito da OAB, ausência deste requisito pode ser arguida por qualquer pessoa interessada. Nesse caso, a inidoneidade moral somente poderá ser declarada por decisão que obtenha, no mínimo, dois terços dos votos de todos os membros do conselho seccional competente, a ser proferida processo que deverá observar as garantias de contraditório e ampla defesa (art. 8º, §3º, da Lei nº 8.906/94). A condenação por crime infamante, todavia, enquanto não obtida a reabilitação criminal, faz presumir a inidoneidade moral (art. 8º, §4º, da Lei nº 8.906/94).*

**Numeração da inscrição:** *Com a perfectibilização do ato de inscrição, o advogado recebe número de registro, que deverá obrigatoriamente constar em todos os documentos por ele assinados no exercício de sua atividade (art. 14, caput, da Lei nº 8.906/94).*

**Identidade profissional:** *O documento de identificação profissional (carteira ou cartão emitidos pela OAB) é de uso obrigatório no exercício das atividades advocatícias, servindo, ainda, como identificação civil em todo o território nacional. (art. 13 da Lei nº 8.906/94 c/c. art. 32 do Regulamento Geral).*

**Âmbito de validade da inscrição:** *A inscrição permite ao advogado atuar ilimitadamente no território da seccional em que ela foi feita. Havendo atuação habitual em outros Estados, deve ser feita inscrição suplementar. Haverá habitualidade na intervenção*

*judicial que exceder a cinco causas por ano em cada Estado federado (art. 10, §2º, da Lei nº 8.906/94 c/c. art. 26 do Regulamento Geral da Advocacia).*

► **Como o assunto foi tratado pela FGV?**

O Exame de Ordem cobrou exatamente o conhecimento, por parte do candidato, das regras definidoras do local em que a inscrição profissional deve ser feita. Formulou-se a seguinte questão:

**(FGV - Exame de Ordem 2011.1)** Semprônio reside no Estado W, onde mantém o seu escritório de advocacia, mas requer sua inscrição principal no Estado K, onde, em alguns anos, pretende estabelecer domicílio. No concernente ao tema, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que:

- a) o advogado pode eleger qualquer seccional para inscrição principal ao seu arbítrio.
- b) o Conselho Federal pode autorizar a inscrição principal fora da sede do escritório do advogado.
- c) na dúvida entre domicílios, prevalece o da sede principal do exercício da advocacia.
- d) a inscrição principal está subordinada ao domicílio profissional do advogado.

*Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "d".*

Já se formulou, também, questão que tinha por objeto aferir, por parte do candidato, o conhecimento dos limites territoriais da atuação profissional do advogado. Transcreve-se a questão:

**(FGV - Exame de Ordem 2013.1)** Um jovem advogado inicia sua carreira em seu estado natal, angariando clientes em decorrência das suas raras habilidades de negociador. Com o curso do tempo, sua fama de bom profissional se espalha e, em razão disso, surgem convites para atuar em outros estados da federação. Ao contatar um cliente no Estado Y, distante mais de mil quilômetros do seu estado natal, é surpreendido pelas autoridades de Y, com determinação restritiva ao seu exercício profissional, por não ser advogado do local.

A partir do exposto, nos termos do Estatuto da Advocacia, assinale a afirmativa correta.

- a) O advogado deve restringir o exercício profissional ao local em que obteve sua inscrição.
- b) O advogado deve solicitar autorização a cada processo em que atuar fora do local de inscrição.
- c) O advogado deve realizar Exame de Ordem em cada estado em que for atuar.
- d) O advogado pode exercer sua profissão em todo o território nacional.

*Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "d".*

**b) Licença profissional:** Deve ser concedida sempre que o advogado: **a)** a requerer, por motivo justificado; **b)** passar a exercer, temporariamente, atividade incompatível com a advocacia; **c)** for acometido de doença mental curável (**art. 12 da Lei nº 8.906/94**).

**► Como o assunto foi tratado pela FGV?**

No Exame de Ordem, buscou-se apurar se o candidato tinha conhecimento das hipóteses ensejadoras de licença profissional. Eis a questão formulada:

**(FGV - Exame de Ordem 2012.1)** Terêncio, após intensa atividade advocatícia, é acometido por mal de origem psiquiátrica, mas diagnosticado como passível de cura após tratamento prolongado. Não podendo exercer os atos da vida civil, apresenta requerimento à OAB. No concernente ao tema, à luz das normas aplicáveis, é correto afirmar que é caso de

- a) cancelamento da inscrição como advogado.
- b) impedimento ao exercício profissional, mantida a inscrição na OAB.
- c) licença do exercício da atividade profissional.
- d) penalidade de exclusão por doença.

*Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "c".*

**c) Cancelamento da inscrição:** Terá lugar sempre que o advogado: **a)** a requerer; **b)** sofrer penalidade de exclusão; **c)** falecer; **d)** passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia; **e)** perder qualquer dos requisitos necessários para a inscrição (**art. 11 da Lei nº 8.906/94**).

---

**Cancelamento por não pagamento de anuidade:** *O advogado, regularmente notificado, que não quitar os débitos relativos às anuidades, sofrerá pena de suspensão. Em ocorrendo três suspensões, atinentes ao não pagamento de anuidades distintas, será cancelada sua inscrição (arts. 34, XXIII, 37, I, e 38, I, da Lei nº 8.906/94 c/c. art. 22, parágrafo único, do Regulamento Geral).*

---

**► Atenção:**

As causas que autorizam a licença profissional são passageiras (temporárias), ao tempo em que as causas que levam ao cancelamento da inscrição profissional tendem a ser definitivas.

**► Como o assunto foi tratado pela FGV?**

O Exame de Ordem cobrou, em mais de uma oportunidade, o conhecimento, por parte do candidato, das hipóteses de cancelamento da inscrição profissional. Foram formuladas as seguintes questões:

**(FGV/OAB/2010)** Fábio, advogado com mais de dez anos de efetiva atividade, obtém a indicação da OAB para concorrer pelo quinto constitucional à vaga reservada no âmbito de Tribunal de Justiça. No curso do processo também obtém a indicação do Tribunal e vem a ser nomeado pelo Governador do Estado, ingressando nos quadros do Poder Judiciário. Diante disso, à luz das normas estatutárias ocorrerá:

- a) o cancelamento da inscrição como advogado.
- b) a suspensão até que cesse a incompatibilidade.
- c) o licenciamento do profissional.
- d) a passagem para a reserva do quadro de advogados.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "a".**

**(FGV - Exame de Ordem 2012.4)** José da Silva, advogado renomado, é acometido por doença mental considerada pela unanimidade dos médicos como incurável, perdendo suas faculdades de discernimento e sendo considerado absolutamente incapaz por sentença judicial.

Nos termos das regras estatutárias, sua inscrição como advogado será:

- a) suspensão até laudo médico sobre a doença portada.
- b) cancelada diante da incurabilidade da doença.
- c) extinta por decisão de junta médica convocada para tal fim.
- d) suspensão temporariamente para avaliação pelo Conselho Seccional.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "b".**

**(FGV - Exame de Ordem 2011.2)** Alcides, advogado de longa data, resolve realizar concurso para o Ministério Público, vindo a ser aprovado em primeiro lugar. Após os trâmites legais, é designada data para a sua posse, circunstância que acarreta seu requerimento para suspender sua inscrição nos quadros da OAB, o que vem a ser indeferido. No caso em comento, em relação a Alcides, configura-se situação de

- a) cancelamento da inscrição por assunção de cargo incompatível.
- b) suspensão da inscrição até a aposentadoria do membro do Ministério Público.
- c) suspeição enquanto permanecer no cargo.
- d) incompatibilidade, podendo atuar, como advogado, em determinadas situações.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "a".**

### 1.1.4 Atos privativos da advocacia

São atos privativos da advocacia: **a)** postulação perante os órgãos do Poder Judiciário; **b)** atividades de consultoria, assessoria e direção jurídica (**art. 1º, incisos I e II, da Lei nº 8.906/94**).

---

**Exceções legais:** *Pode qualquer indivíduo, independentemente do patrocínio de advogado: I – impetrar “habeas corpus” (art. 1º, §1º, da Lei nº 8.906/94), II – propor ação de alimentos (art. 2º da Lei 5.478/68 – dispositivo de vigência discutível), III – postular perante a Justiça do Trabalho (art. 791 da CLT), IV – demandar perante Juizados Especiais Cíveis, nos casos autorizados em lei (art. 9º da Lei nº 9.099/95 c/c art. 10 da Lei 10.259/2001) e V – celebrar acordos (a transação é ato de direito material).*

**Efeitos do julgamento da ADIn 1.127-8 em relação ao inciso I do art. 1º da Lei nº 8.906/94:** Em sua redação originária, o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.906/94/95 estabelecia que “São atividades privativas de advocacia... a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais”. Pois bem, no julgamento da ADIn 1127-8, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a expressão “**juizados especiais**” foi revogada com a entrada em vigor do art. 9º da Lei Federal nº 9.099/95 (que permite a postulação direta da parte nas causas de valor até 20 salários mínimos), bem assim que a expressão “**qualquer**” traduz inconstitucionalidade, pois, como já aduzido anteriormente, em determinados atos processuais a presença do advogado pode ser, excepcionalmente, dispensada.

**Postulação perante órgãos administrativos:** em linha de princípio, a postulação perante órgãos da administração pública pode ser feita por qualquer pessoa (**art. 1º da Lei nº 8.906/94**).

**Obrigatoriedade da atuação de advogado em processos administrativos disciplinares:** Malgrado em setembro de 2007 o Superior Tribunal de Justiça tenha editado súmula no sentido de que “É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar” (**Súmula 343 do STJ**), poucos meses depois, em sentido diametralmente oposto, o Supremo Tribunal Federal sumulou entendimento segundo o qual “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição” (**Súmula vinculante nº 5 do STF**).

**Súmula 343 do STJ:** “É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar”.

**Súmula vinculante nº 05 do STF:** “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição”.

**É também privativa de advogado a atividade de elaboração de contratos em geral:** no caso de atos constitutivos de sociedades, sob pena de nulidade, deve haver a assinatura de advogado (**art. 1º, §2º, da Lei nº 8.906/94 – a constitucionalidade deste dispositivo foi confirmada pelo STF, por escassa maioria, no julgamento da ADIn 1127-8**). De mais a mais, dispõe o **Provimento nº 66/88 da OAB:** “Art. 2º. É privativo dos advogados inscritos nos quadros da

*Ordem o assessoramento jurídico nas transações imobiliárias e na redação de contratos e estatutos de sociedades civis e comerciais...”.*

**Função de diretoria e gerência jurídicas em empresas é atividade privativa de advogado?** *Sim, seja a empresa pública, privada ou paraestatal (inclusive instituições financeiras), somente podem exercer estas funções advogados regularmente inscritos na OAB. (art. 7º do Regulamento Geral da Advocacia).*

**São válidos os atos privativos da advocacia quando praticados por pessoa que não é advogado?** *Não, encontram-se eles maculados por nulidade absoluta. Da mesma forma, são nulos os atos praticados por advogado suspenso, licenciado, impedido ou incompatível (art. 4º da Lei nº 8.906/94).*

► **Como o assunto foi tratado pela FGV?**

No Exame de Ordem, procurou-se aferir os conhecimentos do candidato acerca dos atos, cargos e funções privativas da advocacia. Eis questões formuladas:

**(FGV - Exame de Ordem 2012.4)** Laura, advogada na área empresarial, após concluir o mestrado em renomada instituição de ensino superior, é convidada para integrar a equipe de assessoria jurídica da empresa K S/A. No dia da entrevista final, é inquirida pelo Gerente Jurídico da empresa, bacharel em Direito, sem inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, apesar de o mesmo ter logrado êxito no Exame de Ordem.

Observado tal relato, consoante as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) O bacharel em Direito pode exercer as funções de Gerência Jurídica mesmo que não tenha os requisitos para ingresso na Ordem dos Advogados.
- b) A função de Gerente Jurídico é privativa de advogados com regular inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados.
- c) O bacharel em Direito, caso preencha os requisitos legais, inclusive aprovação em Exame de Ordem, pode exercer funções de Gerente Jurídico antes da inscrição na Ordem dos Advogados.
- d) A função de Gerente Jurídico, como é de confiança da empresa, pode ser exercida por quem não tem formação na área.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa “b”.**

**(FGV - Exame de Ordem 2012.3)** Paulo, bacharel em Direito, exerceu relevantes cargos no Poder Executivo das três esferas de Governo, adquirindo profundo conhecimento sobre as atividades internas da Administração Pública. Após aposentar-se, sem requerer inscrição nos quadros da OAB, estabelece serviço de consultoria jurídica, tendo angariado vários clientes desde o período da inauguração da sua atividade. De acordo com o narrado e observadas as normas estatutárias, assinale a afirmativa correta.

- a) Dentre as atividades privativas do advogado incluem-se a postulação judicial e a assessoria jurídica, mas não a consultoria.

- b) O bacharel em Direito aposentado não tem vedado qualquer prática de atividade jurídica, mesmo não inscrito nos quadros da OAB.
- c) O advogado atua na atividade judicial pugnando pela defesa dos interesses dos seus clientes e na consultoria jurídica
- d) As atividades privativas do advogado incluem a assessoria jurídica, a direção jurídica e a atuação nos Juizados Especiais.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "c".**

---

**Estagiários:** os estagiários podem praticar, desde que assistidos por advogado, todos os atos privativos da advocacia (**art. 3º, §2º, da Lei nº 8.906/94 c/c. art. 29, caput, do Regulamento Geral**). Isoladamente, podem desenvolver determinadas atividades: **a)** retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga; **b)** obter certidões; e **c)** assinar petições de juntada de documentos (**art. 29, §1º, do Regulamento Geral**). Entende-se por estagiário o acadêmico de direito, ou mesmo bacharel (obviamente ainda não qualificado como advogado), que obtenha, a este título, inscrição junto à Ordem dos Advogados (**art. 9º da Lei nº 8.906/94**). No âmbito disciplinar, o advogado pode vir a responder pelos atos praticados pelos seus estagiários, eis que lhe cabe assistir as respectivas atuações profissionais.

---

► **Como o assunto foi tratado pela FGV?**

O Exame de Ordem cobrou o conhecimento, por parte do candidato, acerca da possibilidade do advogado vir a responder, no âmbito disciplinar, por ato praticado pelo seu estagiário. Formulou-se a seguinte questão:

**(FGV - Exame de Ordem 2011.1)** Juvenal, estagiário regularmente inscrito nos Quadros da OAB, em processo no qual se encontra indicado como tal, retira do cartório os autos do processo, deixando de devolvê-los no prazo legal. Regularmente intimado, mantém a sua inércia. Em termos disciplinares, é correto afirmar que:

- a) o estagiário não sofre sanções disciplinares.
- b) o advogado responsável pelo estagiário é o destinatário das sanções nesse caso.
- c) não há diferença na atuação do estagiário e do advogado para efeito de sanções disciplinares.
- d) no caso em tela, não haverá qualquer sanção nem ao advogado nem ao estagiário.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "b".**

Cobrou-se, também em sede de Exame de Ordem, o conhecimento do candidato acerca dos limites da atuação profissional do estagiário. Quanto a esse aspecto, foram elaboradas as seguintes questões:



**(FGV - Exame de Ordem 2013.2)** Ferrari é aluno destacado no curso de Direito, tendo, no decorrer dos anos, conseguido vários títulos universitários, dentre eles, medalhas e certificados. Indicado para representar a Universidade em que estudou, foi premiado em evento internacional sobre arbitragem. A repercussão desse fato aumentou seu prestígio e, por isso, recebeu numerosos convites para trabalhar em diversos escritórios de advocacia. Aceito o convite de um deles, passou a redigir minutas de contratos, sempre com supervisão de um advogado. Após um ano de estágio, conquistou a confiança dos advogados do seu setor e passou a ter autonomia cada vez maior. Diante dessas circunstâncias, passou a cancelar contratos sem a interferência de advogado.

Nos termos do Estatuto da Advocacia, o estagiário deve atuar:

- a) autonomamente, após um ano de estágio.
- b) conjuntamente com um advogado, em todos os atos da advocacia.
- c) autonomamente, em alguns atos permitidos pelo advogado.
- d) vinculado ao advogado em atos judiciais, mas não em atos contratuais.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "b".**

**(FGV - Exame de Ordem 2012.1 – prova reaplicada em Duque de Caxias/RJ)** Nos termos das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o estagiário poderá isoladamente realizar o seguinte ato:

- a) atuar em audiências nos Juizados Especiais representando os clientes do escritório.
- b) obter com os Chefes de Secretarias certidões de peças de processos em curso.
- c) sustentar oralmente os recursos nos tribunais, quando cabível a defesa oral.
- d) assinar petições iniciais ou contestações quando incluído no instrumento de mandato.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "b".**

### 1.1.5 Direitos do advogado

O advogado goza de algumas prerrogativas, todas elas destinadas à garantia da autonomia e eficiência do exercício da advocacia. As principais encontram-se listadas no art. 7º da Lei nº 8.906/94. São *direitos do advogado*:

*I – exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;*

*II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia,*

---

***Relativização da inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado:*** *Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado, em decisão motivada,*

*expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes (§6º do art. 7º da lei nº 8.906/94 – inserido pela Lei nº 11.767/2008).*

**Limites à relativização da inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado:** *Tal relativização não se estende a clientes do advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou coautores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade (§7º do art. 7º da lei nº 8.906/94 – inserido pela Lei nº 11.767/2008)*

► **Como o assunto foi tratado pela FGV?**

O Exame de Ordem cobrou, em mais de uma oportunidade, exatamente o conhecimento, por parte do candidato, dos limites existentes em relação à inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado. Formulou-se a seguinte questão:

**(FGV/OAB/2010-3)** O advogado Ademar é surpreendido por mandado de busca e apreensão dos documentos guardados no seu escritório, de forma indiscriminada. Após pesquisa, verifica que existe processo investigando um dos seus clientes e a ele mesmo. Apesar disso, os documentos de toda a sua clientela foram apreendidos. Diante do narrado, é correto afirmar que

- a) a prática é correta, em função de a investigação atingir o advogado.
- b) a inviolabilidade do escritório de advocacia é absoluta.
- c) a proteção ao escritório do advogado não se inclui na hipótese versada.
- d) houve excesso na apreensão de todos os documentos da clientela do advogado.

**Obs:** A resposta correta encontra-se na alternativa "d".

**(FGV - Exame de Ordem 2012.2)** O escritório Alpha, Beta e Gama Advogados Associados, especializado em advocacia criminal, foi alvo de medida cautelar de busca e apreensão, determinada por juiz criminal, no âmbito de ação penal em que diversos clientes do escritório figuravam como acusados. O magistrado fundamentou a decisão de deferimento da medida de busca e apreensão apontando a gravidade dos crimes atribuídos pelo Ministério Público aos acusados, clientes do escritório em questão, bem como a impossibilidade de obtenção, por outros meios, de prova dos crimes por eles praticados. Considerando o que dispõem as normas aplicáveis à hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) A inviolabilidade de escritórios de advocacia é absoluta, sendo ilegal e inconstitucional, em qualquer hipótese, a realização de medida de busca e apreensão em seu interior.
- b) A inviolabilidade de escritórios de advocacia é relativa, podendo-se determinar medida de busca e apreensão em seu interior quando houver certeza de que serão encontradas provas do crime praticado pelo cliente do advogado que ali trabalhe.

- c) A inviolabilidade de escritórios de advocacia é relativa, podendo-se determinar medida de busca e apreensão em seu interior quando houver indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado que ali trabalhe, sendo, no entanto vedada a utilização de documentos pertencentes a clientes do advogado investigado, quando os mesmos não estejam, por sua vez, sob formal investigação.
- d) A inviolabilidade de escritórios de advocacia é relativa, podendo-se determinar medida de busca e apreensão em seu interior quando houver indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado que ali trabalhe. Neste caso, a garantia da inviolabilidade resta absolutamente afastada, não havendo limites para a realização da medida.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "c".**

*III – comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;*

► **Como o assunto foi tratado pela FGV?**

O Exame de Ordem cobrou, em mais de uma oportunidade, exatamente o conhecimento, por parte do candidato, do direito do advogado de comunicar-se com clientes presos, ainda que não possua instrumento de mandato. Formularam-se as seguintes questões:

**(FGV - Exame de Ordem 2012.4 – prova reaplicada em Ipatinga/MG)** José, advogado recém-formado, é contratado para defender os interesses de Cláudio que fora preso em flagrante, por crime afiançável, estando pendente o valor da fiança. Dirigindo-se ao local onde seu cliente está detido, apresenta-se à autoridade estatal competente e requer entrevista pessoal com Cláudio. A autoridade afirma que somente poderá autorizar o seu ingresso mediante a apresentação do instrumento de mandato.

Nos termos do Estatuto da Advocacia, o advogado, nesse caso, deve:

- assentar que pode entrevistar-se com seu cliente mesmo sem procuração.
- contatar a família para que apresente o instrumento de procuração.
- aguardar a fixação da fiança para entrevistar-se com seu cliente em liberdade.
- aduzir que nesses casos tem prazo para apresentação de procuração.

**Obs: A resposta correta encontra-se na alternativa "a".**

**(FGV - Exame de Ordem 2012.1 – prova reaplicada em Duque de Caxias/RJ)** Terêncio é convocado, a altas horas da noite, para assistir cliente que se encontra recolhido preso em delegacia de polícia, tendo comparecido ao local para ter ciência das acusações existentes e contatar o seu cliente. Ao adentrar o recinto, encontra presentes dois agentes policiais de plantão, estando os demais em diligências para o esclarecimento de crimes ocorridos durante o dia. Os agentes informam que somente poderia ocorrer o contato com o cliente quando o delegado retornasse de uma das diligências, o que estaria na iminência de ocorrer. No concernente ao tema, à luz das normas aplicáveis, é correto afirmar que